



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 007 /GG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010**

LIDO NO REPRODIENTE

Em 25/FEV/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Secretário

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido a superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que **“Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”**, nas entradas neste Estado de mercadorias ou bens oriundos de outras Unidades da Federação destinadas a pessoa física ou jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí – CAGEP, independentemente de quantidade, valor ou habitualidade que caracterize ato comercial.

A medida visa proporcionar condições de mercado mais igualitárias em relação à tributação de produtos adquiridos pelo consumidor neste Estado e nos demais estados brasileiros. Com essa visão a SEFAZ-PI busca criar o equilíbrio dos mercados, interno e externo, bem como um incremento na arrecadação estadual, no que se refere à ampliação da base tributária.

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto a superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**

Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

*Paula Uetzel*

*Marlon Reis de Freitas*  
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

**PROJETO DE LEI Nº 005 , DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010**

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 25/02/2010

  
1º Secretário

Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de que trata a Lei nº 4.257, 06 de janeiro de 1989, incidirá sobre as entradas neste Estado, de mercadorias ou bens oriundos de outras Unidades da Federação destinadas a pessoa física ou jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí – CAGEP, independentemente de quantidade, valor ou habitualidade que caracterize ato comercial.

Parágrafo único. O valor do ICMS, a ser exigido na hipótese de que trata o **caput**, corresponderá a uma carga tributária líquida entre 4,5% (quatro e meio por cento) e 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor da operação constante no respectivo documento fiscal, conforme disposto em regulamento.

Art. 2º Ato do Poder Executivo regulamentará, a aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**





## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 03 / 03 / 10

Elvany

Conceição de Maria Luzes Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Legis.

Ao Deputado João de

Deus

para relatar.

Em 09 / 03 / 2010

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

Processo AL nº 237/10 – Projeto de Lei nº 005/10 - Mensagem nº 007/10 - GG, que ***“Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações de Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”***.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado João de Deus (PT)

PARECER CCJ Nº /10

**I - Relatório**

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembléia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Processo AL nº 237/10 – Projeto de Lei nº 005/10 - Mensagem nº 007/10 - GG, que ***“Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações de Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”***, havendo o Presidente da Comissão designado o Deputado João de Deus (PT) para funcionar na Relatoria.

A apreciação da Mensagem nº 007/10 - GG deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais, disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Está amparado no art. 75, “caput”, da Constituição Estadual e no art. 105 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa. O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos.

Eis o Relatório.

**II - Voto do Relator**

Após análise circunstanciada do Processo AL nº 237/10 – Projeto de Lei nº 005/10 - Mensagem nº 007/10 - GG, que ***“Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações de Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”***, submetida à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na Relatoria **vota pela aprovação da matéria.**

### III - Parecer da Comissão

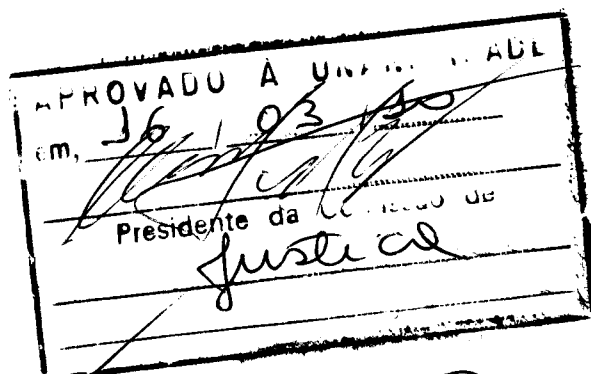
A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

( ) pelo **acatamento do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

( ) pela **rejeição do Voto do Relator**, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.


Sala das Comissões Técnicas, em Teresina (PI), 16 de março de 2010.

  
**Deputado João de Deus**  
Relator













## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Finanças  
para os devidos fins.

Em 16/03/10

Elisângela  
Conselheira de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Martins

para relatar.

Em 16/03/10

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Fiscalização  
e Controle Financeiro e Tributário



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Gabinete da Deputada LILIAN MARTINS**

**Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação**

PROJETO DE LEI Nº 005, de 24 de fevereiro de 2010.

Autor/Origem: **Chefe do Poder Executivo**

Relatora: Deputada **Lilian Martins**

**AL Nº 237/10, de 02.03.2010**

*07 04 10*  
*Finanças*  
"Dispõe sobre hipótese de incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS."

Nos termos do art. 30, I c/c art 139, do Regimento Interno, apresentamos sobre a matéria supra, nosso

**P A R E C E R**

Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo determinando que incidirá ICMS sobre as entradas no Estado de mercadorias ou bens oriundos de outras Unidades da Federação, destinadas a pessoas físicas ou jurídicas não inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAGEP, independentemente de quantidade, valor ou habitualidade que caracterize ato comercial.

O imposto a ser exigido corresponderá a uma alíquota de 4,5% a 10,0%, sobre o valor da operação, a ser definida em regulamento.

Pela cabeça do art. 1º, a condição para incidência do imposto é que o bem tenha sido adquirido em outro Estado e o adquirente (pessoa física ou jurídica) não seja inscrito no CAGEP. Registre-se que independe do valor, quantidade e habitualidade da operação.

O regulamento deve definir as questões obscuras tais como: fiscalização, valor mínimo, eventuais mercadorias ou bens isentos, etc.

Lamenta-se que este Projeto de Lei se constitua em mais um instrumento tratando do regime tributário que bem poderia ser introduzido na Lei nº 4.257/89.

A matéria foi apreciada na *Comissão de Constituição e Justiça - CCJ*, em reunião de 16.03.2010, e aprovada por unanimidade.

Pelo exposto, no mérito, votamos pela sua aprovação, recomendando seu trâmite na forma regimental.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em 17 de março de 2010.

*Lilian Martins*  
**Lilian Martins**  
Deputada Estadual - PSB  
3133-3127

Av. Mal. Castelo Branco, s/nº. - Cabral - Teresina - PI cep. 64000-810

Fone: (86) 3133-3127  
AAA